



SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	6
APRESENTAÇÃO DO VOLUME 2	10

PARTE I

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, CONTRATOS E RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO I – OBRIGAÇÃO: EVOLUÇÃO CULTURAL DE UM CONCEITO JURÍDICO	36
1. IDEIAS DO MUNDO ANTIGO	37
1.1. A harmonia do cosmos	42
1.2. Æ – æs – es. Onde se está. Onde não se está. Onde há ordem. Como se mede a harmonia	44
1.2.1. O ritmo das coisas	44
1.2.2. O fogo	45
1.2.3. A terra	46
1.2.4. O ar	48
1.2.5. A água	49
1.2.6. A medida e o tempo	50
1.2.7. A travessia	53
1.3. <i>Negotia per æs et libram</i>	54
1.4. <i>Solutio per æs et libram</i>	58
1.5. <i>Mancipatio</i>	58
1.6. <i>Nexum</i>	59
2. OS VALORES DO ORIENTE E A FORMAÇÃO DO DIREITO	68
2.1. Paideia (παιδεία) nas leis	77
3. CURIOSIDADES EM TORNO DO CONCEITO DE <i>OBLIGATIO</i>	78
4. ASPECTOS HISTÓRICOS DO EXERCÍCIO DO PODER DO CREDOR SOBRE BENS DO DEVEDOR AO TEMPO DOS GERMANOS	84
5. O DIREITO BRASILEIRO E A PROPORCIONALIDADE NO DIREITO DE OBRIGAÇÕES	93
5.1. Retrospectiva histórica	93

5.2.	A experiência do século XXI	106
5.3.	Julgados históricos do STJ	106
CAPÍTULO II – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE DIREITO DE OBRIGAÇÕES		118
6.	DIREITO DE OBRIGAÇÕES: ESTRUTURAS FUNDAMENTAIS.....	119
6.1.	Circulação livre e civilizada de riquezas.....	119
6.2.	Livre-iniciativa e segredo do negócio	121
6.3.	Peculiaridades da experiência jurídica	125
6.4.	Situações e relações jurídicas: uma primeira palavra	126
6.5.	Obrigações jurídicas no cenário de outros interesses	128
7.	A ABRANGÊNCIA DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES.....	129
8.	O DEVER JURÍDICO E O DEVER MORAL.....	130
8.1.	Vontade e coerção	130
8.2.	Interesse de todos pelo cumprimento da palavra	131
8.3.	Deveres e obrigações	132
9.	<i>QUID DEBETUR E CUR DEBETUR</i>	132
10.	OBRIGAÇÃO, VONTADE E <i>PACTA SUNT SERVANDA</i>	133
11.	OBRIGAÇÃO E BOA-FÉ: CONCEPÇÃO OBJETIVA DA CAUSA DA OBRIGAÇÃO	134
12.	OBRIGAÇÃO E CONDUTA SOCIALMENTE TÍPICA	135
13.	OBRIGAÇÃO EM SENTIDO AMPLO	136
13.1.	Situações jurídicas. Uma segunda palavra: obrigação, dever e ônus.....	137
14.	PRESSUPOSTOS LÓGICOS DAS OBRIGAÇÕES QUE DECORREM DA VONTADE E DAS QUE DECORREM DO FATO.....	138
15.	OBJETO DAS OBRIGAÇÕES.....	139
15.1.	A patrimonialidade da prestação	139
CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS LÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA AXIOLÓGICA DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES		142
16.	SISTEMA DE DIREITO.....	143
16.1.	Estrutura subjetiva e estrutura objetiva do sistema de obrigações	144
16.2.	Os elementos da noção de obrigação e o sistema de responsabilidade civil	145
16.3.	Poder do credor sobre o patrimônio do devedor.....	146
17.	EFICÁCIA JURÍDICA DO CRÉDITO.....	147
17.1.	O crédito como bem jurídico	148
18.	AS BASES DO NEGÓCIO JURÍDICO: SUBJETIVA E OBJETIVA	149
19.	IMPUTAÇÃO CIVIL DOS DANOS E PATRIMÔNIO MÍNIMO	152

20. OBRIGAÇÃO E BOA-FÉ	153
21. PRINCÍPIOS: ELEMENTOS AGLUTINADORES DO SISTEMA	154
21.1. Boa-fé objetiva como cláusula geral	156
21.2. Proibição de comportamento contraditório e <i>venire contra factum proprium</i>	159
22. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL	160
23. OBRIGAÇÕES NATURAIS	160
24. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA	161
24.1. Nova maneira de ver o princípio da autonomia privada	161
25. VÍNCULOS OBRIGACIONAIS QUE SURGEM INDEPENDENTEMENTE DA DISPOSIÇÃO VOLITIVA DE ALGUÉM SE OBRIGAR	163
25.1. Não apenas dos contratos nascem as obrigações	163
26. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES	164
26.1. Princípio da excussão menos gravosa para o devedor	165
27. VÍNCULO DE OBRIGAÇÃO E DE PROPORÇÃO	166
28. A PROPORCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES	167
CAPÍTULO IV – SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES	168
29. FONTES DE OBRIGAÇÕES: FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS	169
30. DECLARAÇÃO DE VONTADE DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	170
31. EFEITOS DOS FATOS JURÍDICOS	172
32. NEGÓCIOS JURÍDICOS: VONTADE DE EFEITOS JURÍDICOS	173
33. CONTRATOS E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	175
34. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS	176
34.1. Controle de cláusulas gerais	178
35. OBRIGAÇÕES ORIUNDAS DE CLÁUSULAS PREDISPOSTAS UNILATERALMENTE: CONTRATO DE ADESÃO E CONTRATOS DE MASSA	179
35.1. Negócio livre ou vinculado, ou de economia dirigida	180
36. DECLARAÇÕES UNILATERAIS DE VONTADE E OUTRAS FIGURAS	181
37. O ILÍCITO CIVIL E O ATO ILÍCITO	182
38. OS SISTEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL	182
39. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO	183
40. ATO E ATIVIDADE COMO FONTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	186
41. ATO LÍCITO (OU ATO JURÍDICO EM SENTIDO AMPLO)	187
41.1. Quase negócio jurídico: gestão de negócios (<i>negotiorum gestio</i>)	187
41.2. Operações jurídicas	188
42. DEVERES ACESSÓRIOS	188

43. DIREITOS DE FORMAÇÃO	189
44. POSIÇÃO CONTRATUAL	190
45. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO	191
46. OBRIGAÇÕES <i>IN REM SCRIPTÆ</i>	192
47. OBRIGAÇÕES <i>OB REM E PROPTER REM</i>	193
CAPÍTULO V – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	196
48. AS PRESTAÇÕES E A CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	197
49. OBRIGAÇÕES NATURAIS E CIVIS	200
50. PRESTAÇÕES DE DAR	201
50.1. Prestações de dar coisa certa e coisa incerta	202
50.1.1. Obrigações de dar os acessórios de coisa certa	203
51. PRESTAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	203
51.1. Obrigações de fazer de natureza fungível	206
51.2. Obrigações de fazer de natureza infungível	206
51.3. Descumprimento das obrigações de fazer	207
51.3.1. Execução de obrigação de fazer <i>e não fazer</i>	211
51.4. Credores de Fazenda Pública. Obrigação de praticar ato que compete privativamente a agente de poder. Intervenção em Estado e Município	214
52. PRESTAÇÕES ALTERNATIVAS E CONJUNTIVAS	217
53. DAS PRESTAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	221
54. DAS PRESTAÇÕES SOLIDÁRIAS	224
54.1. Da solidariedade ativa	225
54.2. Da solidariedade passiva	227
55. OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	231
56. OBRIGAÇÕES PURAS, CONDICIONAIS, A TERMO E COM ENCARGO	232
57. OBRIGAÇÕES COM CLÁUSULA PENAL E COM ARRAS	237
58. CLÁUSULA PENAL COMPULSÓRIA E CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA. CONCEITUAÇÃO E DISTINÇÃO (CC 408 E 409)	239
59. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS	241
60. A MORA DO DEVEDOR NAS OBRIGAÇÕES POSITIVAS E LÍQUIDAS, A TERMO CERTO	242
61. OBRIGAÇÕES POSITIVAS LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS	245
62. EXIGIBILIDADE E RECUSA DA PRESTAÇÃO	252

CAPÍTULO VI – TRANSMISSÃO DA OBRIGAÇÃO	254
63. MUDANÇA DO TITULAR DE UMA SITUAÇÃO JURÍDICA: SUCESSÃO <i>MORTIS CAUSA E INTER VIVOS</i> , A TÍTULO SINGULAR E A TÍTULO UNIVERSAL	255
64. CESSÃO DE CRÉDITO	258
64.1. Conceito de cessão	258
64.2. Cessão e endosso	261
64.3. Cedibilidade do crédito	263
64.4. Forma do negócio de cessão de crédito e sua eficácia perante terceiros	266
64.5. Cessão de direitos de garantia e sua forma	269
64.6. Cessão de direitos litigiosos	271
65. ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	277
65.1. Delegação	279
65.2. Modalidades de assunção da dívida	279
65.3. Expromissão: assunção da dívida e estipulação em favor de terceiro	281
66. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	281
CAPÍTULO VII – ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	284
67. NOÇÕES GERAIS SOBRE A FORMA COMO AS OBRIGAÇÕES SÃO EXECUTADAS	285
68. PATOLOGIAS DO VÍNCULO OBRIGACIONAL, DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO SEM O DEVIDO CUMPRIMENTO E IMPEDIMENTO PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO	287
68.1. Inexistência e nulidade do negócio jurídico	287
68.1.1. Conversão	290
68.2. Anulabilidade	291
68.2.1. Confirmação	293
68.3. Resilição	295
68.4. Resolução	297
68.5. Rescisão	298
68.6. Onerosidade excessiva	298
68.6.1. Teoria da imprevisão	302
68.6.2. Teoria da base do negócio	304
68.7. Revisão judicial do contrato	306
68.8. Obrigações sujeitas à condição: um problema de validade ou de eficácia do negócio jurídico?	307
69. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES: O PAGAMENTO E A LIBERAÇÃO DO DEVEDOR	309
70. QUEM DEVE PAGAR	310
71. A QUEM SE DEVE PAGAR	311
72. OBJETO DO PAGAMENTO E SUA PROVA	312

73. LUGAR DO PAGAMENTO.....	314
74. TEMPO DO PAGAMENTO	316
75. OBRIGAÇÕES SUJEITAS AO IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO	318
76. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	318
76.1. Depósito insuficiente	321
76.2. Atualização do depósito: responsabilidade do depositário.....	321
76.3. Consignatória e dívida tributária	323
77. PAGAMENTO EM SUB-ROGAÇÃO	323
78. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	325
79. DAÇÃO EM PAGAMENTO	326
79.1. Dação em pagamento de coisa futura.....	328
80. NOVAÇÃO.....	329
80.1. A novação com mudança de devedor e assunção de dívida.....	332
80.2. Novação subjetiva e objetiva. Delegação. Expromissão. Aval. Endosso	333
81. COMPENSAÇÃO.....	337
81.1. Compensação e falência.....	340
82. REMISSÃO DE DÍVIDAS.....	345
83. CONFUSÃO.....	345
84. PRESCRIÇÃO LIBERATÓRIA.....	347
85. QUITAÇÃO	351
86. QUITAÇÃO E CONTRATOS DE MASSA.....	353
87. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DA FAZENDA PÚBLICA, ORIUNDAS DE DECISÃO JUDICIAL (PRECATÓRIOS).....	354
88. COISA JULGADA DA QUAL DERIVA O PRECATÓRIO: INTANGIBILIDADE	358
88.1. Coisa julgada. Finalidade central do processo.....	359
88.2. Coisa julgada. Efeitos	359
88.3. Coisa julgada. Efeito substitutivo	360
88.4. Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	361
88.5. Coisa julgada. Requisitos	361
88.6. Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada.....	362
CAPÍTULO VIII – INADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	364
89. INADIMPLENTO ABSOLUTO E RELATIVO.....	365
89.1. Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	366
90. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO. CUMPRIMENTO DEFEITUOSO DA OBRIGAÇÃO (<i>EXCEPTIO NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS</i>).....	371

91. MORA	372
92. EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO PREVIAMENTE AJUSTADA. CONDIÇÃO <i>SINE QUA NON</i> PARA A CONFIGURAÇÃO DA MORA	377
92.1. Interpelação do devedor	380
92.2. Mora do credor	381
92.3. Comissão de permanência.....	383
93. PERDAS E DANOS.....	385
94. JUROS	388
94.1. Usura	395
95. CLÁUSULA PENAL E ARRAS (OU SINAL)	395
96. <i>CASO FORTUITO</i> E FORÇA MAIOR	399
97. A EXECUÇÃO FORÇADA DO DEVEDOR.....	401
98. PARTES LEGÍTIMAS PARA A EXECUÇÃO.....	401
99. FRAUDE DE EXECUÇÃO: ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BEM PENHORADO.....	406
100. DECLARAÇÕES E SUA FORÇA NA FIXAÇÃO DE OBRIGAÇÕES.....	410
101. PROVA DAS OBRIGAÇÕES. FORMA E INSTRUMENTO.....	411
102. LÍNGUA VERNÁCULA	413
CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	416
103. RESPONSABILIDADE CIVIL NA TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO.....	417
104. UMA IDEIA ANTERIOR À IMPUTAÇÃO: A RELAÇÃO POTENCIAL DE CAUSA/CAUSADO	425
105. A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL	428
106. RESPONSABILIDADE PÓS E PRÉ-CONTRATUAL.....	430
107. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA	432
107.1. Responsabilidade objetiva e o nexo de causalidade.....	437
108. RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO CIVIL	442
108.1. Responsabilidade e indenizabilidade: dano moral e material	443
109. INDENIZABILIDADE DO DANO MORAL.....	447
110. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	453
111. REPARAÇÃO DO DANO EM MATÉRIA AMBIENTAL	455
112. FRAUDE DE EXECUÇÃO: ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BEM PENHORADO.....	456
113. CONFIANÇA NA MÍDIA: RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR <i>FAKE NEWS</i>	459
113.1. Imprensa tradicional, redes sociais, <i>Fake News</i> e <i>pós-verdade</i>	459
113.2. Responsabilidade civil. Danos por <i>Fake News</i> . Imputação.....	464

CAPÍTULO X – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS NO SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL.....	474
114. INTRODUÇÃO.....	475
115. CODIFICAR OU NÃO?.....	476
116. CODIFICAÇÕES RECENTES	477
117. MODELO DE CÓDIGO	477
118. FORMA DE CODIFICAR	478
119. TÉCNICA LEGISLATIVA DO CÓDIGO CIVIL	479
120. OBJETO DO CÓDIGO CIVIL. RELAÇÃO JURÍDICA CIVIL E COMERCIAL.....	480
121. UNIFICAÇÃO DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	482
122. VIGÊNCIA RESIDUAL DO CÓDIGO COMERCIAL DE 1850.....	483
123. SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL (<i>CIVIL LAW</i>) E O JULGAMENTO DAS QUESTÕES CIVIS PELOS JUÍZES: EQUIDADE X LEGALIDADE?.....	483
123.1. Sistema do <i>Civil Law</i> e do direito brasileiro.....	485
123.2. Equidade <i>contra legem</i>	486
124. SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL. CLÁUSULAS GERAIS.....	490
125. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	490
126. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS (<i>UNBESTIMMTE GESETZBEGRIFFE</i>).....	491
127. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. DEFINIÇÃO	491
128. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. DIREITO ADMINISTRATIVO	491
129. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. EXEMPLOS.....	492
130. CONCEITOS DETERMINADOS PELA FUNÇÃO (<i>FUNKTIONSBESTIMMTE RECHTSBEGRIFFE</i>).....	492
131. CLÁUSULAS GERAIS. DEFINIÇÃO.....	493
132. FUNÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS.....	493
133. NATUREZA JURÍDICA DA CLÁUSULA GERAL.....	494
134. VANTAGENS DA CLÁUSULA GERAL	495
135. DESVANTAGENS DA CLÁUSULA GERAL	495
136. EXEMPLOS DE CLÁUSULAS GERAIS	496
137. CLÁUSULAS GERAIS. APLICAÇÃO.....	496
138. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS E CLÁUSULAS GERAIS.....	497
139. RELAÇÃO JURÍDICA TRABALHISTA.....	499
140. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....	500
141. DIVISÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	512
142. TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO	512

CAPÍTULO XI – O CONTRATO E SUA EXISTÊNCIA JURÍDICA. MODALIDADE CONTRATUAIS	514
143. ESTRUTURA FUNCIONAL DOS CONTRATOS	515
143.1. Tipicidade contratual	522
143.2. Vontade livremente manifestada.....	526
143.3. Livre-iniciativa	528
143.4. A questão da validade de atos e negócios jurídicos e sua ocorrência na vigência do CC/2002....	529
143.5. Conceito de parte.....	529
144. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	530
145. CONTRATO E BOA-FÉ OBJETIVA.....	536
145.1. A conduta socialmente típica	540
146. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	541
146.1. Contrato típico e atípico	541
146.2. Contratos atípicos mistos e contratos coligados.....	542
146.3. Contrato bilateral (sinalagmático) e unilateral (não sinalagmático)	545
146.3.1. Contrato bilateral imperfeito	546
146.4. Contratos onerosos (comutativos e aleatórios) e contratos gratuitos	547
146.5. Contratos individuais e contratos coletivos	550
146.6. Contratos pessoais (<i>intuitu personae</i>)	550
146.7. Contratos civis, comerciais e administrativos.....	551
146.8. Contratos consensuais, formais e reais	551
146.9. Contratos reais e contrato de direito real	552
146.10. Contratos causais e abstratos	552
146.11. Contratos de execução imediata, contratos de execução diferida e contratos de trato sucessivo	553
146.12. Contratos principais e contratos acessórios.....	554
147. CONTRATOS TRANSLATIVOS DE DIREITOS; CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E DO OBJETO LITIGIOSO.....	554
148. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS.....	560
149. DO CONTRATO PRELIMINAR	562
150. DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR	564
151. CONTRATO-QUADRO E NEGÓCIO <i>PER RELATIONEM</i>	566
CAPÍTULO XII – A CONTRATAÇÃO, A EXECUÇÃO PERFEITA DO CONTRATO E SUA RESILIÇÃO	568
152. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS E AS FASES QUE ANTECEDEM À CONTRATAÇÃO.....	569
153. CONCEITO DE CONTRATO E SUA CELEBRAÇÃO	570
154. PROPOSTA E ACEITAÇÃO.....	572

154.1. Oferta e contrato preliminar	573
155. SITUAÇÕES JURÍDICAS DE FORMAÇÃO DIFERIDA NO TEMPO	574
156. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS.....	576
157. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL.....	578
158. RESILIÇÃO.....	578
158.1. Distrato (CC 472 a 473).....	583
158.2. Revogação.....	583
158.3. Renúncia.....	584
158.4. Denúncia.....	586
CAPÍTULO XIII – DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO E O CONTRATO INEXECUTADO	588
159. FUNÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO	589
159.1. Base subjetiva do contrato	590
159.2. Base objetiva do contrato e teoria da pressuposição	591
159.3. Condições implícitas.....	595
159.4. Impraticabilidade do desempenho da prestação	597
159.5. Renegociação contratual	599
160. DEVERES ANEXOS DE CONDUTA	601
160.1. Descumprimento de dever de prestação e de dever de conduta.....	602
160.1.1. Deveres de obrigação e deveres de prestação	602
160.2. Dever de conduta. Regras de <i>compliance</i> : dever anexo de partes contratuais	604
160.3. Abuso da posição contratual	607
161. VIOLAÇÃO POSITIVA DA OBRIGAÇÃO OU DO CONTRATO	610
162. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL	611
162.1. Responsabilidade pré e pós-contratual	611
162.2. Obrigação de fazer e não fazer e astreintes	613
163. RESOLUÇÃO, REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS, REVOGAÇÃO, RESILIÇÃO E READEQUAÇÃO.....	615
164. CONTRATO ONEROSO ALEATÓRIO: SEU INADIMPLEMENTO E EVENTUAL QUEBRA DO VÍNCULO DE RECIPROCIDADE	618
165. PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO E <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i>	622
166. DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	624
166.1. Obrigação condicional e exceção de contrato não cumprido	626
167. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA E TÁCITA (CC 474 E 475)	628
168. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (CC 441 A 446).....	630
169. DA EVICÇÃO (CC 447 A 457)	633

170. RESCISÃO DOS CONTRATOS	634
171. DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA (CC 478 A 480).....	634
172. A PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA OU INVALIDADE DE NEGÓCIOS JURÍDICOS BILATERAIS (CONTRATOS) E OS TEMAS DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA E NATUREZA DA AÇÃO.....	638
CAPÍTULO XIV – OS CONTRATOS E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO BRASIL: A FUNCIONALIDADE DE SISTEMAS JURÍDICOS NOS QUAIS IMPERA O DIÁLOGO DAS FONTES.....	646
173. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	647
174. MICROSSISTEMA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	649
175. LEI PRINCIPOLÓGICA.....	650
176. DIÁLOGO DAS FONTES.....	651
177. SITUAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO E A ULTRA-ATIVIDADE DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS DO CDC.....	652
178. DIRIGISMO CONTRATUAL E DECADÊNCIA DO VOLUNTARISMO: MORTE DO CONTRATO?	659
179. A BOA-FÉ COMO PRINCÍPIO BASILAR DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO	663
180. A OFERTA COMO ELEMENTO VINCULANTE DO DEVER DE PRESTAR: EXECUÇÃO ESPECÍFICA DA OBRI- GAÇÃO DE CONTRATAR.....	665
181. FORMAS DE CONTRATAÇÃO	668
182. COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE TÍPICOS.....	668
183. CONTRATOS DE ADESÃO.....	671
184. CLÁUSULAS GERAIS DOS CONTRATOS.....	674
185. PROTEÇÃO CONTRA CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	678
186. CONTROLE DAS CLÁUSULAS GERAIS DOS CONTRATOS.....	681
187. O PERFIL DOS CONTRATOS BANCÁRIOS NO CDC.....	684
187.1. O crédito e o dinheiro	688
188. MODIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR EXCESSIVA ONEROSIDADE	693
189. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONSUMO	694
190. RESPONSABILIDADE DERIVADA DOS CONTRATOS DE CONSUMO	695
191. APLICAÇÃO DA DISCIPLINA CONTRATUAL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR A OUTRAS RELAÇÕES JURÍDICAS.....	697

PARTE II

DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO XV – COMPRA E VENDA (CC 481 A 532). TROCA E PERMUTA	700
192. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA, CONCEITO E PARTES	701
193. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E SEUS ELEMENTOS ESSENCIAIS.....	702

193.1. Consenso	702
193.2. Preço	702
193.2.1. Moeda nacional.....	704
193.3. Coisa	704
194. CAPACIDADE E LEGITIMAÇÃO PARA O NEGÓCIO	705
195. OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR E DO COMPRADOR.....	706
195.1. Vício de qualidade e vício de quantidade: vício redibitório ou inadimplemento	708
195.2. Coisa imóvel e registro imobiliário	709
196. A PERDA DA COISA E O RISCO DAS PARTES	711
197. A PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA E A TRANSFERÊNCIA DO DOMÍNIO	712
198. VENDA <i>AD CORPUS</i> E <i>AD MENSURAM</i>	712
199. DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA.....	716
200. COMPRA E VENDA MERCANTIL.....	719
201. COMPRA E VENDA INTERNACIONAL. TERMOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO – EXPORTAÇÃO (<i>INCOTERMS</i>).....	721
202. CONTRATO ESTIMATÓRIO (CC 534 A 537).....	724
203. TROCA E PERMUTA (CC 533).....	725
203.1. Função jurídico-econômica e elementos essenciais	725
203.2. O contrato de troca e sua similitude com o de compra e venda.....	726
204. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE O CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	727
CAPÍTULO XVI – DOAÇÃO (CC 538 A 564)	730
205. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	731
205.1. Atos de liberalidade.....	733
205.2. A obrigação do doador é pessoal.....	734
206. CLASSIFICAÇÃO.....	734
207. VALIDADE.....	736
208. REVOGAÇÃO.....	741
209. CLÁUSULA DE REVERSÃO.....	741
CAPÍTULO XVII – LOCAÇÃO (CC 565 A 578 E L 8245/91)	744
210. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	745
210.1. Disciplina do contrato de locação (dirigismo contratual).....	745
210.2. Natureza jurídica	747
210.3. Partes do contrato de locação	748
211. CLASSIFICAÇÃO.....	749

212. OBJETO DA LOCAÇÃO.....	751
213. GARANTIAS DO CONTRATO	754
214. INADIMPLEMENTO DO CONTRATO	756
215. DURAÇÃO DO CONTRATO.....	757
216. CESSAÇÃO DO CONTRATO E DESPEJO	758
216.1. Peculiaridades do distrato da locação	762
216.2. Entrega das chaves como ato simbólico de transmissão da posse	765
216.3. Denúncia vazia, mora e ação de despejo.....	770
216.3.1. <i>Mora ex re</i> : desnecessidade de interpelação ou de notificação premonitória	771
216.3.2. <i>Mora ex persona</i> : necessidade de interpelação ou de notificação prévia	775
216.3.3. Ação de despejo por denúncia vazia	779
217. RECUSA DO RECEBIMENTO DAS CHAVES PELO LOCADOR E PELO LOCATÁRIO.....	784
218. SUBLOCAÇÃO.....	787
219. CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DO DESPEJO REQUERIDO COM BASE NO LI 9.º IV.....	788
220. FIANÇA. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO SEM ANUÊNCIA EXPRESSA DO FIADOR.....	790
221. LOCAÇÃO DE ESPAÇOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL E CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE	791
222. PLURALIDADE DE LOCADORES. LEGITIMIDADE ATIVA EM JUÍZO.....	793
223. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE O CONTRATO DE LOCAÇÃO	794
CAPÍTULO XVIII – CONTRATOS AGRÁRIOS (ESTATUTO DA TERRA E D 59566/66)	798
224. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	799
225. FORMA E PROVA DOS CONTRATOS AGRÁRIOS. DIREITO DE PREFERÊNCIA	800
226. POSSE DIRETA DA COISA DADA EM ARRENDAMENTO OU PARCERIA.....	802
227. PREÇO E GARANTIA DO ARRENDAMENTO OU PARCERIA	803
228. ARRENDAMENTO RURAL.....	804
228.1. Direito de preferência, alienação e excussão do bem arrendado	806
228.2. Despejo.....	807
229. PARCERIA RURAL.....	808
CAPÍTULO XIX – EMPRÉSTIMO (CC 579 A 592)	810
230. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	811
231. COMODATO.....	812
231.1. Sua tipicidade	812
231.2. Coisa dada em comodato	813
231.3. Gratuidade.....	814

231.4.	Temporalidade do comodato	815
231.5.	Forma do negócio de comodato	818
231.6.	A cessação da justa posse do comodatário e o risco da coisa	818
231.7.	Qualidade da posse do comodatário	819
231.8.	A retomada do bem dado em comodato. A interpelação	820
231.8.1.	A mora do comodatário e o <i>interdito recuperandae possessionis</i>	824
231.9.	Consequências da judicialização da pretensão de retomada do imóvel pelo comodante.....	824
232.	MÚTUO	826
232.1.	Obrigações do mutuário e o risco da coisa	828
232.2.	O prazo do mútuo: mútuo com cláusula <i>cum potueris</i> e com cláusula <i>cum volueris</i>	828
232.3.	Forma e prova do contrato de mútuo. CCom 122 [CC/1916 129 e 136; CC 107 e 212]	829
232.4.	Mútuo feneratício	829
232.4.1.	Juros.....	830
232.5.	O risco da coisa mutuada	831
232.6.	Garantias do mútuo.....	832
232.7.	Mutuário incapaz	833
233.	RECURSOS REPETITIVOS, REPERCUSSÃO GERAL E VERBETES DE SÚMULAS SOBRE MÚTUO BANCÁRIO E OUTROS CONTRATOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	834
CAPÍTULO XX – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CC 593 A 609)		840
234.	DISCIPLINA JURÍDICA	841
235.	FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	843
236.	CONTRATOS ORIENTADOS A SERVIÇO. NEGÓCIO JURÍDICO <i>PER RELATIONEM</i>	845
237.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E O CONSENTIMENTO INFORMADO	849
238.	SERVIÇO SOB A ÓTICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	854
239.	RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	854
CAPÍTULO XXI – EMPREITADA (CC 610 A 626)		856
240.	FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	857
241.	FORMA DO CONTRATO DE EMPREITADA	859
242.	EXECUÇÃO PERFEITA DO CONTRATO E A REMUNERAÇÃO DO EMPREITEIRO	860
243.	RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	861
244.	SUSPENSÃO (CC 625) E EXTINÇÃO DO CONTRATO	863
245.	EMPREITADA DE LABOR.....	864
246.	EMPREITADA MISTA.....	867
247.	CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO	868

248. DIREITO DE RETENÇÃO EM EMPREITADA.....	869
249. RESPONSABILIDADE DO EMPREITEIRO. PRAZO DE GARANTIA	869
250. CONSTRUTORA COMO EMPRESA COM QUALIDADE DE FORNECEDORA DE SERVIÇOS	872
251. ACRÉSCIMO DO PREÇO POR CAUSA DE ALTERAÇÃO DE PROJETO OU DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO.....	874
252. JULGADOS RELACIONADOS COM O TEMA EMPREITADA E TRIBUTAÇÃO.....	876
CAPÍTULO XXII – DEPÓSITO (CC 627 A 652)	880
253. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	881
254. RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	883
255. DEPÓSITO BANCÁRIO.....	884
256. DEPOSITÁRIO INFIEL.....	885
257. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE DEPÓSITO	886
Juros e correção monetária em depósitos judiciais	887
Prisão civil do depositário infiel.....	887
CAPÍTULO XXIII – MANDATO (CC 653 A 692)	890
258. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	891
259. REPRESENTAÇÃO, PROCURAÇÃO E GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	893
260. RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	894
261. <i>CONTEMPLATIO DOMINI</i>	896
262. PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA	899
263. REPRESENTAÇÃO/MANDATO	899
264. CONSTRIÇÃO DE BEM QUE SE ENCONTRA TEMPORARIAMENTE NO PATRIMÔNIO DO MANDATÁRIO	900
265. MANDATO, REPRESENTAÇÃO E TÍTULO CAMBIÁRIO	901
266. GESTÃO DE NEGÓCIO E MANDATO.....	904
267. DOLO-MANDATO E SUA PROVA	905
268. MANDATO JUDICIAL.....	906
269. PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO	908
270. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE MANDATO	909
CAPÍTULO XXIV – COMISSÃO (CC 693 A 709)	910
271. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	911
272. RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	912
273. COMISSÃO COMO REMUNERAÇÃO	913
274. COMISSÃO <i>DEL CREDERE</i>	913

CAPÍTULO XXV – AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO (CC 710 A 721)	916
275. OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE CONTRATOS COM FORTE DINÂMICA EMPRESARIAL	917
275.1. Tipicidade.....	917
275.2. Hipótese normativa do CC.....	920
276. DISTRIBUIÇÃO (CONCESSÃO COMERCIAL): CONTRATOS DE RESULTADO E DE MEIO	921
277. AGÊNCIA (REPRESENTAÇÃO COMERCIAL)	923
278. DISTRIBUIÇÃO PARA REVENDA	927
278.1. Inadimplemento do contrato de distribuição	931
279. FRANQUIA	932
280. AS L 6729/79 E L 8132/90. REVENDA COM EXCLUSIVIDADE: CONVENÇÕES DE MARCA E ESTATUTO DOS CONCESSIONÁRIOS.....	933
CAPÍTULO XXVI – CORRETAGEM E MEDIAÇÃO (CC 722 A 729)	936
281. FUNÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	937
282. CORRETAGEM E MEDIAÇÃO.....	938
283. REMUNERAÇÃO DO CORRETOR.....	940
284. ATUAÇÃO DO CORRETOR: INTERMEDIÇÃO INDEPENDENTE E RESPONSÁVEL	944
285. CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO.....	946
CAPÍTULO XXVII – TRANSPORTE (CC 730 A 756)	948
286. CONSIDERAÇÕES INICIAIS NECESSÁRIAS	949
287. INTERDISCIPLINARIDADE DE TEMA	953
287.1. Transporte e expedição.....	953
287.2. Transporte e direito administrativo	954
287.3. Transporte, direito civil e direito do consumidor: responsabilidade objetiva.....	955
288. CONTRATO DE TRANSPORTES: DISCIPLINA JURÍDICA.....	957
288.1. Contrato de transporte de pessoas	958
288.2. Contrato de transporte de coisas.....	959
288.2.1. Prescrição e transporte mercantil	960
288.2.2. Decadência e transporte mercantil.....	960
288.2.3. Contrato de transporte de coisas por navio	961
288.3. Contrato de transporte gratuito.....	962
288.4. Contrato de mercadorias: <i>incoterms</i>	964
289. RESPONSABILIDADE OBJETIVA	966
290. RECURSOS REPETITIVOS, REPERCUSSÃO GERAL E ENTENDIMENTOS MAJORITÁRIOS SOBRE TRANSPORTE.....	968

CAPÍTULO XXVIII – SEGURO (CC 757 A 802)	970
291. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONTRATO DE SEGURO	971
292. AS SEGURADORAS E O SISTEMA FINANCEIRO	976
293. MODALIDADES DE CONTRATOS DE SEGURO	977
294. SEGURO COMO ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS.....	980
295. CONTRATO DE SEGURO E CDC	981
296. RISCO CONTRATUAL E RISCO SEGURÁVEL	984
297. RECURSOS REPETITIVOS, REPERCUSSÃO GERAL E ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO SOBRE SEGURO	987
CAPÍTULO XXIX – CONSTITUIÇÃO DE RENDA (CC 803 A 813)	990
298. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	991
299. RESILIÇÃO DO CONTRATO	993
300. DIREITO REAL SOBRE IMÓVEL	993
CAPÍTULO XXX – JOGO E APOSTA (CC 814 A 817)	996
301. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	997
302. CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS E APOSTAS	998
302.1. Regulamentação e proibição de jogos e apostas.....	999
CAPÍTULO XXXI – FIANÇA (CC 818 A 839)	1002
303. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA.....	1003
304. CARACTERÍSTICAS.....	1005
305. IMPENHORABILIDADE E INDIVISIBILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA.....	1007
306. GARANTIA PRESTADA POR QUEM VIVE EM UNIÃO ESTÁVEL	1008
307. FORMAÇÃO DE TÍTULO CAMBIÁRIO A PARTIR DE DÍVIDA ORIGINÁRIA AFIANÇADA.....	1010
308. FIANÇA EM LOCAÇÃO ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES	1010
309. TRANSAÇÃO ENTRE CREDOR E AFIANÇADO	1012
310. EXONERAÇÃO DO FIADOR	1012
311. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE FIANÇA.....	1014
CAPÍTULO XXXII – TRANSAÇÃO, COMPROMISSO E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL (CC 840 A 850 E CPC 190)	1018
312. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA DA TRANSAÇÃO	1019
313. ESPÉCIES DE TRANSAÇÃO: PREVENTIVA E TERMINATIVA	1021
313.1. Acordo extrajudicial homologado judicialmente	1022
313.2. Acordo judicial homologado	1023
313.2.1. A transação inadimplida e o processo	1024

314. EFEITOS DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO E ORDEM PÚBLICA.....	1025
315. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, TRANSAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO	1030
316. NEGÓCIOS PROCESSUAIS (UNILATERAL E BILATERAL) E TRANSAÇÃO	1034
316.1. Atos, fatos e negócios jurídicos processuais	1034
316.2. Autogerência parcial do processo	1037
316.3. Nova conformação funcional ao tipo do contrato de transação	1039
316.4. Existência, validade e eficácia no negócio jurídico processual	1040
316.5. Casos interessantes analisados pela jurisprudência, quanto à validade e eficácia de negócios processuais	1042
317. CONTRATO DE COMPROMISSO (CC 851 A 853).....	1045
317.1. Vicissitudes da interpretação contratual nos procedimentos arbitrais	1046
317.1.1. Cláusula arbitral e contrato de adesão	1047
317.1.2. Homologação de sentença estrangeira.....	1051
318. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE TRANSAÇÃO	1053
BIBLIOGRAFIA	1056
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1118